

ENTRE SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA: MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

BETWEEN SILENCE AND RESISTANCE: BLACK WOMEN IN HIGHER EDUCATION

Angela Maria Moura Costa¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar as conexões entre gênero e raça na formação e inserção das mulheres negras no ensino superior, destacando os desafios e as resistências que enfrentam. O estudo busca compreender como essas mulheres, ao lidarem com o racismo estrutural e o sexismo nas instituições acadêmicas, produzem conhecimento e reconfiguram o espaço universitário, frequentemente silenciado e desvalorizado. A metodologia utilizada é qualitativa e analítica, com base em revisão bibliográfica e reflexão sobre a prática docente na atuação no campo do Serviço Social, na graduação, pós-graduação e extensão universitária. Aborda, primeiramente, o contexto histórico e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, desde o período colonial até a atualidade, com foco nas barreiras educacionais impostas pelo racismo estrutural e pelo sexismo. A seguir, explora o papel das mulheres negras na ciência e na docência, ressaltando as contribuições de intelectuais negras e a importância de suas perspectivas para a transformação do ensino superior. As considerações finais enfatizam a resistência e a reconfiguração que as mulheres negras promovem no ambiente acadêmico, destacando sua importância como agentes de mudança na educação.

Palavras-chaves: Mulheres negras; Educação; Ensino Superior.

ABSTRACT

This article aims to investigate the connections between gender and race in the education and integration of Black women into higher education, highlighting the challenges and resistance they face. The study seeks to understand how these women, when dealing with structural racism and sexism in academic institutions, produce knowledge and reconfigure the university space, which is often silenced and devalued. The methodology used is qualitative and analytical, based on a literature review and reflection on teaching practices in the field of Social Work, at undergraduate, graduate, and university extension levels. The article first addresses the historical context and the difficulties faced by Black women in Brazil, from the colonial period to the present day, with a focus on the educational barriers imposed by structural racism and sexism. It then explores the role of Black women in science and teaching, highlighting the contributions of Black intellectuals and the importance of their perspectives in transforming higher education. The final considerations emphasize the resistance and reconfiguration that Black women promote in the academic environment, underscoring their significance as agents of change in education.

Keywords: Black Women; Education; Higher Education.

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Professora efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: angela0406costa@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração
para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável,
para pensar e repensar, para criar novas visões,
celebro um ensino que permita as transgressões –
um movimento contra as fronteiras e para além delas.
É esse movimento que transforma a educação
na prática da liberdade (Hooks, 2017, p. 24).

A história das mulheres negras no Brasil é marcada pela resistência e pela luta constante por igualdade de direitos e reconhecimento. Ao longo do tempo, o acesso à educação tem sido um dos principais meios de ascensão social e econômica para essas mulheres, mas, ao mesmo tempo, um campo onde suas vozes e saberes são frequentemente silenciados (Borges, 2020).

No contexto do ensino superior e da ciência, as mulheres negras enfrentam não apenas as dificuldades históricas relacionadas ao racismo e ao sexismo (Gonzalez, 2019), mas também a invisibilidade de suas trajetórias e produções acadêmicas. Diante disso, este artigo tem como objetivo investigar as conexões entre gênero e raça na formação e inserção das mulheres negras no ensino superior, destacando os desafios e as resistências que enfrentam.

206

Os procedimentos metodológicos são revisão de literatura (Severino, 2007), com uma abordagem qualitativa (Minayo, 1994) e analítica do objeto em questão. Trata-se de uma sistematização (Holliday, 2006) de parte das pesquisas desenvolvidas e da atuação profissional como docente de Serviço Social, atuando na graduação e na pós-graduação e também na extensão universitária. No universo das pesquisas, este trabalho nasce por meio da participação no *Grupo de Estudos Feminismos: relações sociais, práticas e resistências*. Também é parte das discussões que temos devido à nossa participação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Unicentro, onde ministramos uma disciplina optativa intitulada *Mulheres, educação e trabalho: uma intersecção entre gênero, raça e classe social*.

Iniciamos como docente permanente neste programa em 2023 e, em seguida, criamos e tramitamos a disciplina acima mencionada e a mesma foi aprovada junto aos Conselhos Superiores da Universidade. Quando a proposta passou pelo colegiado, vários professores(as) manifestaram seu entusiasmo pela mesma, dizendo ter sentido vontade de cursá-la. Ressaltamos

que no histórico do programa nunca foi ofertada uma disciplina desse viés. Em 2024, ofertamos pela primeira vez. Tivemos 09 participantes, sendo 08 mulheres e 01 homem. Das mulheres, apenas 01 é uma mulher negra. Em 2025, estamos ministrando agora. Temos 07 participantes, todas mulheres e nenhuma mulher negra. Vale ressaltar que a vivência da disciplina no ano passado foi riquíssima, devido ao empenho e participação de todas, mas, muito mais rica com a participação da mulher negra, que ao compartilhar suas vivências iluminava aquilo que os referenciais bibliográficos nos traziam.

A prática docente das mulheres negras será discutida a partir de suas experiências únicas, que muitas vezes rompem com as abordagens tradicionais e hegemônicas de ensino. Também será abordado o papel das mulheres negras na ciência, destacando como suas contribuições são frequentemente desvalorizadas, apesar de sua relevância e impacto. Ao longo do texto, buscaremos compreender como a interseção de gênero e raça afeta a participação das mulheres negras nesses espaços e como elas, com suas palavras, vivências e saberes, reescrevem a história da educação e da produção de conhecimento.

2. MULHERES NEGRAS, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Durante o período colonial e a escravização, a educação no Brasil era restrita a uma elite branca, composta principalmente por homens. As mulheres negras, especialmente as escravizadas, não tinham acesso à educação formal de forma alguma. O sistema escravocrata via os(as) negros(as) apenas como mão de obra, não como sujeitos com capacidade de aprendizado ou de participação na vida intelectual e política da sociedade (Gonzalez, 2020).

Embora algumas mulheres negras, principalmente as mais privilegiadas, que eram libertas ou de famílias mais abastadas, tivessem algum acesso à educação, essa era a exceção e não a regra. Além disso, a educação para as mulheres negras que eram livres estava muito mais ligada à formação para o trabalho doméstico e serviços (Teixeira, 2021), e não ao conhecimento formal que os homens brancos recebiam.

Após a abolição da escravização, em 1888, a situação das mulheres negras não melhorou de forma substancial. A sociedade brasileira ainda era profundamente marcada pela exclusão racial (Federici, 2017), e, embora o ensino básico tenha sido gradual e teoricamente mais

acessível a todos(as), as mulheres negras continuaram a enfrentar barreiras significativas para acessar a educação formal. A Lei de Terras ou Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, continuou privilegiando os homens brancos e proprietários e continuou relegando aos(as) negros(as) condições de miséria e pobreza (Silva, 2014).

No Brasil, se publicou a primeira lei nacional sobre instrução pública em 1827. Porém, nesta lei nem sequer menciona a população negra, muito menos, as mulheres negras (Saviani, 1999). No contexto da época, “[...] as meninas das camadas populares estava, desde muito cedo, envolvidas com tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (Louro, 2013, p. 445). E as mulheres negras ainda estavam inseridas em trabalhos informais, como a costura, a lavanderia e outros serviços domésticos, com pouca ou nenhuma chance de ascender ao ensino superior (Federici, 2017). A escolarização das mulheres negras era vista, muitas vezes, como desnecessária ou até mesmo prejudicial ao trabalho que lhes era atribuído pela sociedade. A atribuição a serviços domésticos e precarizados às mulheres negras (Teixeira, 2021) vem desde essa época.

Nas primeiras escolas de formação de professores(as), chamadas de "escolas normais", predominava a presença de mulheres brancas, principalmente das classes médias e altas. Embora, de acordo com Louro (2013), num primeiro momento a formação docente era para os homens e as mulheres. Mais tarde, quando surgiram outras oportunidades de trabalho para os homens, a sociedade foi legitimando a docência para as mulheres. “Tudo foi muito conveniente para que se constituísse a imagem das professoras como ‘trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras’, o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho etc” (Louro, 2013, p. 450). Essas configurações legitimavam a divisão sexual do trabalho, de forma desigual e sexista.

No Brasil e mundo afora, mulheres negras, quando existiam nesses espaços, enfrentavam racismo e preconceito, o que dificultava sua inserção plena no campo da docência (Hooks, 2017). “Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência” (Louro, 2013, p. 445). Mesmo que as

mulheres negras conseguissem entrar nessas escolas para formar-se como educadoras, enfrentavam obstáculos não apenas pela questão racial, mas também pelo fato de que, socialmente, a educação era entendida como um espaço reservado a mulheres de classes sociais mais altas, o que as marginalizava (Hooks, 2017). Contudo, mesmo com o esforço de mulheres negras para garantir a escolarização, as dificuldades eram imensas e o acesso a cargos docentes continuava sendo um grande desafio.

Algumas dessas pioneiras foram fundamentais para o avanço das questões de representatividade e acesso à educação para as mulheres negras, tanto como educadoras como em outras áreas do conhecimento. Foi a partir da segunda metade do século XX que algumas mulheres negras começaram a romper com essa exclusão histórica e a lutar pela educação. A partir de Reis, Vieira e Reis (2025) e Werneck (2009), podemos destacar alguns nomes dessas mulheres, que acessaram o espaço educacional, como no quadro abaixo.

Quadro 1 - Primeiras professoras e intelectuais negras no Brasil

NOME	DATA	ATIVIDADE
Maria Firmina dos Reis	1822-1917	Ela foi romancista e professora pública no Maranhão, ela conseguiu, através de sua atuação tanto na educação quanto na literatura, quebrar barreiras em um contexto em que as mulheres eram fortemente marginalizadas.
Francisca Senhorinha da Motta Diniz	1852-1925	Ela foi educadora em Minas Gerais, ativista, fundadora da revista feminista <i>O Sexo Feminino</i> e defensora dos direitos das mulheres à educação.
Antonieta de Barros	1901-1952	Ela foi a primeira mulher negra eleita deputada no Brasil, professora e jornalista em Santa Catarina. Criou cursos de alfabetização para pessoas em situação de vulnerabilidade e sempre defendeu com força uma política voltada para a educação pública.
Lélia Gonzalez	1935-1994	Ela foi filósofa, antropóloga, professora universitária e uma das principais intelectuais negras do Brasil, ela se dedica a analisar como o racismo, o sexismo e a classe se interconectam em seus trabalhos.
Sueli Carneiro	1950	Ela fundou Geledés, o Instituto da Mulher Negra, e uma das intelectuais negras mais influentes do Brasil, ela tem sido uma referência importante no debate sobre racismo e feminismo no país.

Nilma Lino Gomes	1961	Primeira mulher negra a se tornar reitora de uma universidade federal no Brasil, na Universidade Federal de Minas Gerais, e a primeira a ocupar o cargo de Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
------------------	------	---

Fonte: Reis; Vieira; Reis (2025); Werneck (2009).
Organização: A Autora.

Essas mulheres acima citadas constituíram e constituem a exceção e são referências para o pensamento negro feminista no Brasil. Mas, no contexto geral, a maioria das mulheres negras brasileiras não teve a oportunidade de adentrar o espaço educacional. Para elas, o ensino superior, como um campo ainda mais elitizado e marcado pela segregação racial, foi por muito tempo praticamente inacessível. Embora algumas negras conseguissem ingressar em universidades, as barreiras raciais e de classe social eram muito grandes (Siqueira; Amorim, 2022). Além disso, as mulheres negras que conseguiam chegar ao ensino superior enfrentavam um ambiente altamente preconceituoso e excludente, o que dificultava sua permanência e ascensão.

3. MULHERES NEGRAS E O ENSINO SUPERIOR: UM ESPAÇO DE CONQUISTA E LUTA

O acesso à educação sempre foi uma das principais estratégias de ascensão e emancipação para algumas mulheres negras, mas esse acesso não é isento de obstáculos. Desde o período colonial até os dias atuais, as mulheres negras no Brasil enfrentam uma educação excludente, marcada por políticas racistas e sexistas (Gonzalez, 2019) que visam à marginalização de suas identidades.

A ausência de representatividade e a presença de estigmas raciais e de gênero nas instituições de ensino superior fazem com que muitas mulheres negras precisem trilhar um caminho repleto de desafios para conquistar seus espaços na academia. Isto está ligado ao “[...] imaginário da sociedade, pessoas negras não têm capacidade de chegar tão longe, porque elas estão acostumadas a visualizar esses corpos em outros espaços, logo, cria-se e se mantém a imagem de inferioridade” (Chavão, 2024, p. 12). A sociedade oferece um olhar enviesado, no dizer de Santos (2002), quando enxerga uma pessoa negra em espaços universitários em que elas demoraram muito a adentrar.

Além disso, a intersecção entre racismo e sexismo coloca as mulheres negras em uma posição duplamente vulnerável (Akotirene, 2019). Elas não apenas enfrentam a exclusão histórica e sistemática do ensino superior, mas também lidam com um ambiente educacional que, muitas vezes, não reconhece suas experiências e saberes. O racismo estrutural que vai além de práticas individuais ou de atitudes discriminatórias isoladas, pois é um fenômeno intrínseco e essencial à organização da sociedade, afetando suas estruturas políticas, econômicas e sociais (Almeida, 2019), se manifesta de diversas formas: desde a falta de apoio psicológico para lidar com o isolamento até a desvalorização de suas produções intelectuais (Tommaselli; Silva, 2021). Nestes espaços, o racismo estrutural se junta ao patriarcado e ambos afetam o reconhecimento e a credibilidade do discurso das professoras negras. A educação, um espaço que deveria combater o racismo e o machismo, muitas vezes reforça esses preconceitos, especialmente na relação entre professores(as) e estudantes (Tommaselli e Silva, 2021).

A mulher negra, ao abordar questões de raça e gênero, enfrenta descrédito, mesmo quando apresenta dados e argumentos semelhantes aos de colegas brancos. Isso está relacionado a um fenômeno mais amplo de epistemicídio, onde o conhecimento e a intelectualidade negra são desvalorizados. Para Santos (2009, p. 183), o epistemicídio se refere “[...] à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas”.

As mulheres negras que conseguem adentrar o ensino superior, então, se deparam com uma realidade onde sua presença muitas vezes é minimizada, e seus saberes, quando reconhecidos, são quase sempre atribuídos a estereótipos (Siqueira; Amorin, 2022). Porém, mesmo diante dessas adversidades, essas mulheres continuam a lutar por seus direitos e pela visibilidade de suas histórias, reescrevendo o caminho da educação, quebrando barreiras e, muitas vezes, criando espaços de resistência onde suas vozes podem ser ouvidas.

O ensino superior no Brasil, historicamente, foi construído em um modelo excludente (Ribeiro, 1986), que favoreceu a elitização e marginalizou amplamente as populações negras, especialmente as mulheres. A participação de mulheres negras nas universidades sempre foi um desafio, tanto pela falta de acesso quanto pela resistência de um sistema acadêmico que não

reconhece as especificidades de suas vivências e identidades. Contudo, o cenário tem mudado gradualmente, principalmente após a implementação de políticas públicas como as cotas raciais (Brasil, 2012), que têm promovido a inclusão de negros e negras no ensino superior. A lei prevê que sejam

[...] preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição [...] (Brasil, 2012, Art. 4º).

As políticas de cotas raciais, criadas com o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior, têm sido fundamentais para o aumento da presença das mulheres negras nas universidades. Dados contemporâneos mostram que

[...] houve aumento nos percentuais de negros nessa etapa educacional, detalhando que a proporção de pretos e pardos de 18 a 24 anos de idade cursando ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. Todavia, o percentual de brancos de mesma faixa etária nesse nível de ensino é de 78,8% (IBGE, 2019, p.08 apud Siqueira; Amorim, 2022, p. 04).

No entanto, o simples ingresso nas instituições de ensino não é sinônimo de equidade. O caminho das mulheres negras no ensino superior é frequentemente marcado por uma luta constante para afirmar suas identidades e superar as barreiras de preconceito e invisibilidade. Para Siqueira e Amorim (2022, p. 02), “Mulheres negras que conseguem atuar na docência do ensino superior podem conviver com discriminação decorrente do estranhamento por estarem num espaço social pouco usual para pessoas negras”. Portanto, mesmo com a reserva de vagas, muitas dessas mulheres se deparam com dificuldades como o racismo institucional, a falta de representatividade entre os docentes e a escassez de apoio psicológico e emocional durante sua trajetória acadêmica.

Além disso, a pouca presença de mulheres negras no corpo docente e nas pesquisas científicas contribui para a invisibilidade de suas histórias e saberes. A universidade, tradicionalmente centrada em uma visão eurocêntrica (Santos, 2009), muitas vezes não valida o conhecimento ancestral e as práticas culturais que as mulheres negras podem trazer para o

espaço acadêmico. Por meio dessa visão, os detentores do saber “[...] tomam essas mulheres como desprovidas de agências e somente vítimas, criando uma relação saber-poder estabelecida a partir de lugares de privilégios de sexo, raça, sexualidade e geopolítica” (Curiel, 2020, p. 124). Isso, por si só, representa uma forma de silenciamento das potências intelectuais dessas mulheres. A universidade precisa, portanto, reconhecer a pluralidade de saberes e valorizar as diversas formas de conhecimento que surgem das trajetórias dessas mulheres.

Chavão (2024) constatou em sua pesquisa três elementos que considerou importantes para a entrada e permanência das mulheres negras na Universidade: o primeiro aspecto é a base familiar sólida, que proporcionou o apoio necessário para que elas alcançassem a universidade; o segundo aspecto está nas oportunidades e incentivos que receberam ao longo da graduação, especialmente por parte de professoras, que as incentivaram a continuar sua formação e a alcançar a posição de professoras universitárias, em um contexto onde são minoria; e o terceiro aspecto, igualmente relevante, é a capacidade de resistir às várias barreiras e opressões enfrentadas diariamente, que frequentemente as relegam a posições subordinadas.

Apesar disso, a presença crescente de mulheres negras no ensino superior tem se mostrado uma poderosa ferramenta de resistência e transformação. Elas não apenas conquistam o espaço acadêmico, mas também reconstroem e ressignificam o ambiente universitário, trazendo novas perspectivas sobre ensino, aprendizagem e pesquisa. As mulheres negras no ensino superior, assim, se tornam protagonistas não apenas da sua própria história, mas de um movimento maior que visa transformar as estruturas educacionais e sociais do país.

4. A PRÁTICA DOCENTE DAS MULHERES NEGRAS: ENTRE O ENSINO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A prática docente das mulheres negras no Brasil é uma área marcada pela interseção de diversas questões, como a luta contra o racismo institucional e o sexismo no ambiente acadêmico. Para muitas dessas mulheres, tornar-se educadora é mais do que uma profissão: é um ato político e de resistência (Hooks, 2017). Ao escolherem a docência, elas não apenas buscam o ensino de conteúdos acadêmicos, mas também a promoção de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural, racial e social dos(as) estudantes. “Na comunidade da

sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros” (Hooks, 2017, p. 17).

Essas mulheres negras frequentemente se veem forçadas a navegar em um sistema educacional que, por muitas vezes, não reconhece a importância dos saberes não ocidentais, nem o valor das experiências vividas pelas populações marginalizadas. Quando se pensa numa epistemologia feminista se tem presente que “Se a consciência feminista negra surge da experiência, se são as feministas de origem africana [...] que melhor podem interpretar as próprias realidades é porque a experiência vivida é uma fonte de conhecimento e elas mesmas deveriam investigar sua vida” (Curiel, 2020, p.131).

Do ponto de vista da decolonialidade do saber (Quijano, 2005), as vivências pessoais de mulheres negras, em particular, são dados valiosos para a construção de um conhecimento genuíno sobre a opressão que elas enfrentam. Não é algo que deve ser explicado de fora para dentro, por teóricos ou estudiosos que não vivenciam essas situações, mas deve ser investigado pelas próprias mulheres negras, que são as melhores intérpretes de sua realidade. Aliás, são elas que vivenciaram um contexto em que

Nenhuma de nós tinha permissão para pegar um livro ou tentar aprender. Diziam que ficaríamos mais espertas do que eles se aprendêssemos alguma coisa, mas nós circulávamos por ali, pegávamos aquela velha cartilha Webster de capa azul e a escondíamos até a noite e, então, acendíamos uma pequena tocha e estudávamos aquela cartilha. Nós também decoramos o livro. Agora sei ler e escrever um pouco (Davis, 2016, 108).

Este relato que Davis (2016) registra é de 1930, de Jenny Proctor que era uma ex-escravizada que fala sobre esse histórico sombrio. Neste contexto, as mulheres negras ao serem proibidas de aprender, desafiaram as regras impostas pela sociedade, que via o conhecimento delas como uma ameaça. O fato de elas se esconderem e estudarem secretamente à noite demonstra não apenas um desejo de aprender, mas também uma coragem e um anseio por autonomia e liberdade intelectual. Assim, “[...] entre as formas de resistência desta população, estava o reconhecimento do conhecimento como instrumento de poder necessário para lutar por melhores condições sociais” (Tommaselli; Silva, 2021, p.70).

Gomes (2009), aborda o papel crescente dos(as) intelectuais negros(as) na produção científica brasileira, destacando como sua presença na academia não se limita a produzir conhecimento "sobre" as questões raciais, mas também a produzir saberes "a partir" da vivência e perspectiva negra. A autora explora a transição da universidade, de um espaço historicamente dominado pela branquitude e pela visão eurocêntrica, para um ambiente mais inclusivo das perspectivas de grupos étnico-raciais marginalizados. Ela destaca que a inserção desses intelectuais está diretamente ligada à luta contra o racismo e à afirmação dos direitos educacionais para negros(as), que, no passado, foram tratados como objetos de estudo, mas agora se posicionam como sujeitos produtores de conhecimento. “São intelectuais, mas um outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócio-raciais e suas vivências” (Gomes, 2009, p. 421).

Atualmente, elas conquistaram os espaços escolares e universitários e são nesses espaços que elas fazem ecoar a sua voz que encontra a voz dos(as) estudantes. Assim, “O poder da sala de aula libertadora é, na verdade, o poder do processo de aprendizado, o trabalho que fazemos para criar uma comunidade” (Hooks, 2017, p. 205), uma comunidade de aprendizagem, onde todos(as) ensinam e aprendem mutuamente. Neste contexto, as docentes negras “[...] se colocam como sujeitos coletivos e políticos que questionam a relação entre a universidade, a ciência, a produção, o reconhecimento e a distribuição desigual do conhecimento na sociedade” (Gomes, 2009, p.421-422). Assim, a produção de conhecimento, então, não é apenas um ato intelectual, mas também um ato político, com o objetivo de transformar a sociedade e combater o racismo estrutural.

A prática pedagógica das mulheres negras, portanto, muitas vezes se traduz em um processo de reafirmação da identidade e da valorização de saberes e histórias que foram silenciadas durante séculos. Neste contexto, “Ser professora estabelece uma responsabilidade racial indiscutível, independentemente da cor, visto que, em sociedades estruturalmente racistas como a brasileira não se pode pensar a profissão de professora desligado do caráter racial e de gênero” (Tommaselli; Silva, 2021, p.70).

As educadoras negras têm, muitas vezes, a capacidade de transformar o ensino ao integrar a história e a cultura negra nas suas práticas pedagógicas, abordando questões como a história da escravidão, o racismo estrutural e a luta por direitos civis. “E é essa perspectiva universal que me inspira a escrever a partir dos vários locais do eu e da identidade que constituem minha vida, que me faz escrever além da raça” (Hooks, 2022, p. 288). Elas também têm o poder de servir como modelos para os(as) estudantes negros(as), proporcionando uma representação que é vital para o fortalecimento da autoestima e da identidade. As aulas de mulheres negras, muitas vezes, vão além do currículo tradicional, trazendo um olhar crítico e transformador sobre a sociedade, a cultura e o próprio sistema educacional. Elas produzem “[...] um conhecimento pautado não mais no olhar do ‘outro’, do intelectual branco comprometido (ou não) com a luta anti-racista, mas pelo olhar crítico e analítico do próprio negro como pesquisador da temática racial” (Gomes, 2009, p.422). Assim, atuam na docência conforme as prerrogativas dialógicas, onde “O papel do educador não é o de ‘encher’ o educando de ‘conhecimento’, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos” (Freire, 2021, p. 67-68).

Essa prática docente, no entanto, também enfrenta resistência, seja no ambiente escolar, seja na academia. De acordo com Chavão (2024, p. 12), a entrada e a presença de pessoas negras, especialmente mulheres nas universidades, “[...] não extinguem as opressões que estes corpos sofrem porque ao contrário do que se pensa, apesar de ser um ambiente universitário ao qual se espera um comportamento ou intelecto mais amadurecido e desprovido de preconceitos, esse espaço não deixa de ser uma expressão da sociedade”. A falta de apoio institucional, a sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento por parte de colegas e superiores são apenas algumas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras enquanto docentes. No entanto, a sua prática continua sendo uma forma poderosa de resistência e de produção de conhecimento, pois desafia as normas e questiona a estrutura educacional estabelecida.

Ser cientista e ser mulher negra no Brasil é uma experiência de resistência diária. A ciência, enquanto campo de produção de conhecimento é marcada por uma história de exclusão das mulheres e de marginalização das questões raciais. “Há diferenças de gênero entre ser

homem e mulher negra e localizar-se no terreno da intelectualidade” (Gomes, 2009, p.424). A inserção das mulheres negras na ciência, assim como no ensino superior, é um desafio que envolve a superação de múltiplas barreiras, como o racismo estrutural, o sexismo acadêmico e a falta de representatividade (Silva; Ribeiro, 2014). Neste sentido é importante “Admitir as diferentes possibilidades e posicionamentos de tais sujeitos no campo científico é considerar a liberdade de expressão e a pluralidade de idéias que marca o lugar da universidade como lócus privilegiado de produção do conhecimento” (Gomes, 2009, p.424).

Apesar dessas dificuldades, muitas mulheres negras têm se destacado nas ciências, quebrando barreiras e desafiando um sistema que, muitas vezes, não as reconhece. Elas se deparam com a invisibilidade e a desvalorização do seu trabalho, sendo frequentemente ofuscadas por colegas brancos ou homens. A produção científica dessas mulheres, muitas vezes, não recebe o mesmo prestígio e reconhecimento, embora suas pesquisas tragam contribuições significativas para diversas áreas do conhecimento.

O caminho para o reconhecimento na ciência é muitas vezes solitário e árduo, e a luta dessas mulheres é também uma luta por visibilidade e pelo direito de serem reconhecidas por seu trabalho e suas conquistas. O papel das mulheres negras na ciência vai além da produção de conhecimento técnico e acadêmico: elas também têm a missão de reconfigurar a forma como a ciência é vista, trazendo para o centro do debate questões relacionadas à raça, gênero e desigualdade social.

A resistência das cientistas negras também pode ser vista na maneira como elas produzem um conhecimento que desafia as narrativas dominantes e oferece novas perspectivas sobre a realidade social, política e cultural. Sua presença na ciência, portanto, representa uma revolução silenciosa que visa alterar os padrões de produção e disseminação do saber, tornando-os mais inclusivos e representativos da diversidade do mundo em que vivemos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo revelou as múltiplas camadas de desafios enfrentadas pelas mulheres negras no ensino superior brasileiro, um espaço historicamente marcado pela exclusão e marginalização racial e de gênero. Ao longo deste estudo, foi possível observar como, apesar

das barreiras estruturais e das dificuldades enfrentadas, essas mulheres têm sido protagonistas de uma luta incansável pela conquista de espaços acadêmicos, pela valorização de suas trajetórias e pela reconstrução da história da educação no Brasil. A interseção de gênero e raça impõe-lhes desafios específicos, mas, ao mesmo tempo, oferece uma rica fonte de saberes que, quando reconhecidos, têm o potencial de transformar a academia e a sociedade.

As mulheres negras não apenas atravessam um caminho de resistência, mas também desempenham um papel fundamental na reconfiguração dos ambientes educacionais, introduzindo novas perspectivas sobre o ensino, a produção do conhecimento e a própria estrutura das universidades. Sua presença no ensino superior, ainda que marcadamente minoritária, é um passo significativo em direção à construção de uma educação mais inclusiva e democrática. A superação do racismo estrutural no ambiente acadêmico não é uma tarefa simples, mas é evidente que, por meio de políticas afirmativas como as cotas raciais, a presença das mulheres negras nas universidades tem aumentado, refletindo um movimento mais amplo de transformação social.

Além disso, a prática pedagógica das mulheres negras se caracteriza como um campo de resistência política e de produção do conhecimento, muitas vezes fundamentada nas suas próprias vivências. Elas têm sido fundamentais na construção de um conhecimento que desafia as narrativas dominantes, oferecendo novas formas de olhar para a história, a ciência e a sociedade, com um olhar crítico e profundamente transformador. No entanto, é imprescindível que a universidade continue a se abrir para a pluralidade de saberes, reconhecendo as diversas contribuições de intelectuais negras e valorizando suas experiências, que são frequentemente ignoradas ou subestimadas.

Em síntese, a educação e a docência das mulheres negras representam um poderoso ato de subversão e afirmação de suas identidades e subjetividades. Por meio dessas práticas, elas não só conquistam espaços acadêmicos, mas também contribuem para uma reforma epistemológica que amplia as possibilidades de produção de saber e justiça social no Brasil. Este é um movimento contínuo de resistência, que não apenas abre portas para as futuras gerações de mulheres negras, mas também proporciona uma reconfiguração do próprio tecido

educacional brasileiro, criando um legado que, sem dúvida, será cada vez mais presente e influente.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BORGES, Rosane. **Escrivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados**. In.: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs). *Escrivência a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. ilustrações Goya Lopes. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020 (p.182-204). Disponível em <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf> Acesso em 11 de agos/2025.

219

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. Brasília, DF, 2012. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em 09 de set/2025.

CHAVÃO, Thayná Melo. **A corporeidade de mulheres negras na docência da faculdade de formação de professores**. VIII Congresso de Geógrafas e Geógrafos: geo-grafando para construir o Brasil (07 a 12 de julho de 2024). São Paulo, 2024. Disponível em https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727373405_ARQUIVO_df4eb028d1056b110f8d27cccadfec80.pdf Acesso em 19 de set/2025.

CURIEL, Ochy. **Construindo Metodologias Feministas desde o Feminismo Decolonial**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 (p. 140-161).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. (Tradução: Heci Regina Candiani). São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e a acumulação primitiva.** (Tradução Coletivo Sycorax). São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** (Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol). 24ª Ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira.** In.: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do sul. Coimbra: CES, 2009. (p.418-441).

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (p.237-256).

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** (Tradução de Marcelo Brandão Cipolla). 2ª Ed – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Escrever além da raça: teoria e prática.** (Tradução de Jess Oliveira). São Paulo: Elefante, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula.** In.: PRIORE, Mary Del (Org). História das mulheres no Brasil. 10ª Ed – São Paulo: Contextos, 2013. (p.443-481).

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. (p. 117-142).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 10º ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

REIS, João Olímpio Soares dos. VIEIRA, Maria Clarisse; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. **Educação e resistência: a mulher negra como protagonista na formação social brasileira.**

Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento (Ano. 10, Ed. 05, Vol. 01, pp. 145-159. Maio de 2025. ISSN: 2448-0959). Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-e-resistencia> Acesso em 04 de set/2025.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: CES, 2009. (p.215-242).

SANTOS, Milton. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23a Ed – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”**. Revista Ciência & Educação (v. 20, n. 2, p. 449-466). Bauru, SP, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 de abri.2024.

221

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **As raízes coloniais escravistas da questão social no Brasil**. In.: ILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2ª Ed – Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014 (p.41-78).

SIQUEIRA, Andressa Angela; AMORIM, Mônica Maria. **Da presença de mulheres negras no ensino superior e na docência superior**. Revista Educação, Escola & Sociedade (v.16, nº 18, p.1-23). Montes Claros, MG, 2022. Disponível em <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/6064/6044> Acesso em 19 de set/2025.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. (Coletânea Feminismos Plurais – Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia; SILVA, Daniele Aparecida Fernandes da. **O descrédito discursivo: prática docente da mulher negra**. Revista InterMeio (v.27, nº 53, p.61-80, jan./jun). Campo Grande, MS, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/13111> Acesso em 19 de set/2025.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban**. In.: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs). Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. 1ª Ed - Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009 (p.111-136).

Recebido em: 12/12/2025

Aprovado em: 30/12/2025